



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1141

UMA BREVE HISTÓRIA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ARTES POPULARES DE PARANAGUÁ

Vinícius Augusto Andrade de Assis

Universidade Estadual de Londrina

Resumo: Neste trabalho visa-se discutir os resultados iniciais da pesquisa: “Patrimônio e Museu: Do Colégio Jesuíta ao Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá/PR (1938-1963)”. O objetivo desta comunicação é compreender o processo de institucionalização do atual Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, no edifício do antigo colégio dos Jesuítas, entre 1938 e 1963, tendo em vista as políticas culturais no Brasil e tendo como pano de fundo o movimento de renovação dos museus com as novas demandas da sociedade. As análises de Françoise Choay (2006) darão suporte teórico para o tema aqui em questão, ou seja, a percepção e a identidade da sociedade em relação ao seu patrimônio. A ressignificação do colégio Jesuíta como Museu irá permitir analisar as políticas patrimoniais, museológicas e práticas de preservação em perspectiva histórica. Além das discussões bibliográficas referentes ao tema, serão analisados também os dossiês de tombamento, os relatos de viajantes estrangeiros do século XIX e por fim os documentos de fundação do museu que se encontram em sua reserva técnica. Atualmente, com a proliferação dos estudos patrimoniais nas graduações, mestrados e doutorados em História, vemos a oportunidade de discutir as transformações de alguns museus brasileiros, contribuindo assim para o debate acerca da preservação do patrimônio cultural e da memória coletiva.

Palavras Chave: Memória; Museu; Patrimônio; Paranaguá.

Introdução

Este trabalho é resultado parcial das pesquisas realizadas a partir do projeto intitulado: “Patrimônio e Museu: Do Colégio Jesuíta ao Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá/PR (1938-1963)”. Pretende-se investigar o processo de adaptação do espaço que hoje abriga o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. Para isso, busca-se analisar não só a história do prédio histórico, mas também as políticas patrimoniais e museológicas nas décadas de 1930/40/50. Esta proposta de estudo está vinculada ao projeto de âmbito maior intitulado: “Patrimônio Cultural e Museu: a história das coleções e do acervo do Museu Histórico de Londrina/PR (1970/2000)”¹. Logo, essa pesquisa se insere em apenas um fragmento de um estudo mais abrangente, que tem como temática central o patrimônio e o museu na historiografia brasileira.

Dos gabinetes de curiosidade ao século XXI, a concepção de museu adquiriu novos conceitos ao longo da história. No Brasil, as primeiras instituições museológicas surgem no século XIX e se caracterizam pelas pretensões enciclopédicas, locais de exibição das coleções naturalistas. Com a ascensão do movimento nacionalista nas práticas museais, surge em 1922 o Museu Histórico Nacional, cuja pretensão era ensinar a população a conhecer fatos e personagens do passado, de modo a incentivar o culto à tradição e a formação cívica, vistos como fatores de coesão e progresso da nação. Já a partir da segunda metade do século XX esses deixam de serem espaços consagrados ao nacionalismo, e passam a integrar elementos da vida cotidiana, memória e cultura popular, atendendo à demanda progressiva de diversos segmentos e grupos sociais.

Diante desse cenário, a resignificação do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá é aqui analisada como um patrimônio histórico nacional, onde duas instituições justificam a apropriação do espaço para se institucionalizar um

¹ Projeto de pesquisa coordenado pela Profa. Dra. Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez (UEL), também orientadora desta pesquisa.

museu. Para isso, se faz necessário problematizar quais foram os indivíduos que participaram de sua concepção, os critérios históricos, nacionais, técnicos, estéticos para a ressignificação do edifício e a proposta museológica da instituição, além de dialogar com as produções historiográficas que abordam o campo patrimonial.

O palco de criação

Discussões sobre identidade nacional sempre obteve diferentes perspectivas e significados, no Brasil, desde a independência. No entanto, foi no Estado Novo que os conceitos de nação e identidade compuseram as políticas do Estado, momento em que se deu também a institucionalização da preservação cultural, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Decreto-Lei nº 25, de 20 de dezembro de 1937. Segundo o Artigo 1º do Decreto, constitui patrimônio:

[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Através do SPHAN, o Estado veio a preservar o patrimônio histórico e artístico da nação, estabelecendo uma série de normas e dispositivos para identificação, seleção, conservação e restauração de bens materiais (áreas urbanas, edificações, objetos móveis, em geral de cunho religioso), enquadrando-os na perspectiva de patrimônio nacional. Tais monumentos históricos, segundo Françoise Choay, têm por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo, com a mediação da memória ou da história². No caso do Brasil, esses se tornam representações da história e do passado da nação – o Patrimônio Nacional –, contribuindo para formar uma ideia de Brasil.

Nessa conjuntura política, o Antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá é tombado em 24 de maio de 1938. O edifício é datado em 1755, sendo um colégio onde os padres da Companhia de Jesus lecionaram o ensino primário,

² CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. (p.18).

latinidade e dogmas da Igreja Católica para os filhos da nobreza de Paranaguá. Da expulsão dos jesuítas do Império Ultramarino Português, em 1760, ao tombamento do edifício no século XX, este passou por reformas, remodelações e demolições que contribuíram para sua descaracterização, tornando-se uma vetusta e irregular ruína. O naturalista Saint- Hilaire, que visitou Paranaguá em 1820, relata:

[...] Os jesuítas tinham um convento em Paranaguá. O prédio ainda existe; mas é bem de ver que esses padres não dispensaram à sua casa ali o mesmo cuidado que tiveram com a maior parte dos edifícios por eles construídos em outros lugares. É um prédio enorme, muito feio e irregular. Por ocasião de minha viagem, servia de residência ao vigário e não cuidavam de sua conservação. Müller informa-nos que, mais recentemente, repararam uma parte para ali instalar um quartel, e diz Milliet que agora nele se acha a alfândega. (HILAIRE, 1820, p.156-157).



Figura 1: Fundos do colégio jesuíta no início do século XX. Destaque para as diferentes janelas, frutos de suas diversas apropriações. Fonte: IPHAN.

O prédio setecentista é o único remanescente colonial construído em três pavimentos no sul do Brasil e ocupa $\frac{3}{4}$ de uma quadra as margens do Rio

Itiberê, no Centro Histórico de Paranaguá. Sua arquitetura, tradicionalmente empregada por ordens religiosas em seus conventos e mosteiros no Brasil colonial, dispõe os vários corpos da construção em “quadra”, formando-se um pátio interno com grossas arcadas onde, segundo Lúcio Costa, diferente das demais construções jesuíticas no Brasil, apresenta um aspecto sombrio e pesado de praça-forte (COSTA, 1941, p.24). Anexa ao colégio existiu a igreja denominada Nossa Senhora do Terço, demolida em 1898, da qual restam hoje as fundações na nave e o arco cruzeiro na parede que limita o auditório do atual museu.

Após seu tombamento, vemos a sacralização do monumento histórico não apenas como símbolo da nação, mas também como “*célula mater*” da educação e formação da “*gente do Paraná*”. Tal discurso se deu através de pesquisas e ofícios produzidos pelos políticos locais e membros do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá³. Este é constituído como objeto de saber e integrado numa concepção linear de tempo (neste caso, seu valor cognitivo remete ao passado colonial de Paranaguá, ao antes à história do universal), tornando-se um objeto de culto. Ao discutir o patrimônio como categoria de pensamento, José Reginaldo Santos Gonçalves distingue as políticas de patrimônio da noção de patrimônio. Segundo o autor, mais do que um sinal diacrítico a diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades, a categoria patrimônio, em suas variadas representações, parece confundir-se com diversas formas de autoconsciência cultural⁴. Para o SPHAN, as políticas patrimoniais visavam promover, em todo país, o inventário de bens culturais, a conservação, restauração, enriquecimento e propagação do conhecimento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Já para os políticos e intelectuais locais, o patrimônio era a área voltada para o conhecimento e culto à tradição, preservando aspectos morais e patrióticos, em uma visão ufanista do passado colonial de Paranaguá. No ofício “*nº 420 de 7 de agosto de 1948 do Prefeito*

³ FURTADO, Maria Regina. **José Loureiro Fernandes: o paranaense dos museus**. Paraná: Secretaria de Estado da Cultura. Imprensa Oficial, 2006. (p. 254-260).

⁴ GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (p.29).

Municipal de Paranaguá João Eugenio Cominese dirigido ao Presidente da Câmara Municipal vemos a noção ufanista de patrimônio:

Como ressaltante dessa antiguidade Tri-Secular possui Paranaguá as suas acentuadas características coloniais que, além de lhe imprimirem cunho pitoresco, podem servir de atração ao turismo e se converter em vantagem econômica para a cidade [...]

Esse interessante cunho não contraria, no entanto, a natural tendência cidadina para a moderna organização que pode ser feita sem a demolição bárbara e iconoclasta de prédios de feição antiga e de linhas puras do velho estilo colonial, hoje tão admiradas por amantes e estudiosos do passado brasileiro.

Com efeito, Srs Vereadores, tal necessidade não de impõe, principalmente à Paranaguá de excepcional situação topográfica no extremo duma planície de três lagoas de fundo até a Serra da Prata, oferecendo espaço mais que suficiente à sua expansão em modernas avenidas, praças e outros logradouros – uma parte moderníssima enfim, sem prejuízo da parte velha, colonial, que precisa ser conservada, como venerável relíquia do passado. [...]

De objeto de culto à museu universitário

Choay define como *monumento* tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. Sua relação com o presente e a memória – sua *função antropológica* – constitui a essência do monumento⁵. No caso do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá, isso deu através da ressignificação do edifício como museu universitário voltado para os estudos arqueológicos, antropológicos e à preservação da memória histórica popular dos habitantes locais.

Para compreender a ressignificação do Colégio Jesuíta à Museu de Arqueologia e Artes Populares, documentos de sua fundação serão contrapostos. Tais fontes nos apresentam não só a fundação de um museu num monumento tombado como patrimônio histórico nacional, mas também a concepção museológica das instituições que visam constituir o museu: o

⁵ CHOAY, 2006, p.18.

Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá e a Universidade Federal do Paraná.

A ideia de se fundar um museu aparece oficialmente no Decreto Estadual nº 71.17 – datado de 2 de junho de 1949 – no qual se cria o Museu de Paranaguá em parceria com o Governo do Estado, Municipal e o IHGP:

Art.1º - Fica criado o “Museu de Paranaguá” que será instalado no convento dos jesuítas, na cidade de Paranaguá, após sua restauração;

Art.2º - O departamento de cultura, da Secretaria de Educação e Cultura, providenciará o regulamento necessário para o funcionamento do museu criado por este decreto;

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Para o projeto ser executado os trabalhos de restauração foram iniciados em 1949 pela – agora nomeada – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e concluídos com recursos da Prefeitura Municipal, sendo considerado tal ato do governo local um atestado do apego às tradições e memória da cidade, “uma vez que se destinará à educação moral e cívica dos nossos patrícios”⁶. O monumento histórico havia se tornado objeto de culto ao passado pelos homens públicos e intelectuais de Paranaguá, estes se vangloriavam pelo papel desempenhado pelos jesuítas na formação do “berço do Paraná”. Após o término das restaurações do edifício pelo DPHAN e Prefeitura Municipal, o grupo do IHGP se sentiu, dentro de suas concepções históricas e patrimoniais, “os proprietários de direito da velha mansão monástica” até pela natureza de sua proposta atuação⁷. Tal fato concretizou-se no ofício nº1330 de 7 de dezembro de 1956, no qual o DPHAN concede ao IHGPG a posse provisória das chaves do antigo colégio. Segundo a documentação, o Instituto recebia a guarda do bem tombado três anos após o término da restauração. Em carta a Rodrigo de Melo Franco de Andrade, - escrita em 26 de dezembro do mesmo ano – o presidente do IHGP, Dr. Joaquim Tramuja, afirma:

⁶ FURTADO, 2006, p.245.

⁷ Ibidem, p. 254.

Acusamos com satisfação recebido o ofício 1330, de 7 do corrente, de V.Exa, trazendo em anexo o termo de entrega e recebimento das chaves do edifício do antigo Colégio dos Jesuítas, nesta cidade e hoje restaurado e próprio municipal, digo nacional. [...]

Temos ainda a satisfação de comunicar a essa Diretoria que, dentro em pouco se instalará numa das suas salas o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PARANAGUÁ, no mesmo edifício se instalando o Museu com todas as suas secções. [...]

A intenção até o momento era, além de transferir a sede do Instituto para o edifício tombado, a criação de um museu histórico, sobre a direção e exposição do acervo do mesmo, onde – seguindo as concepções históricas do Museu Histórico Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – há a tentativa de consolidar uma tradição nacional por meio de objetos que, por serem valorizados como autênticos fragmentos do passado, funcionavam como símbolos poderosos dos “heróis” eleitos por uma parte da elite dirigente, além do reconhecimento de Paranaguá como “berço da civilização paranaense”.

Contra-pondo-se a esse ideal, outra apropriação do monumento histórico ocorre através do ofício nº 1243/57 da Universidade Federal do Paraná, datado de 25 de novembro de 1956, no qual o reitor Flávio Suplicy de Lacerda contempla dois objetivos:

[...] a organização do departamento de antropologia... sendo nosso desejo incentivar as pesquisas científicas que vêm sendo realizadas a par das atividades didáticas daquela cátedra... está credenciada pela reitoria da Universidade a ter um entendimento com Vossa excelência a propósito do Museu de Arqueologia e Artes Populares a ser instalado no secular Colégio dos Jesuítas em Paranaguá [...] (FURTADO, 2006).

Com a organização do departamento de antropologia e a consolidação das pesquisas acadêmicas no litoral paranaense em arqueologia e etnologia, sobre liderança do professor José Loureiro Fernandes⁸, o próprio nacional em Paranaguá adquire uma relevância museológica. O Museu de Arqueologia de Artes Populares de Paranaguá – atual Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR – começa a ter consistência.

⁸ Ibidem, p. 266.

Através do documento intitulado “Convênio entre a Reitoria da Universidade do Paraná e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para instalação do museu de Paranaguá”, de 17 de julho de 1958, no qual o diretor de ensino superior, Dr. Jurandyr Lodi, o reitor da UFPR, professor Flávio Suplicy de Lacerda e Rodrigo de Melo Franco de Andrade, diretor da DPHAN, é firmado dezesseis cláusulas, entre elas:

Cláusula I: A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (D.P.H.A.N), responsável pelo próprio nacional situado à rua 15 de novembro nº 4, na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, conhecido como antigo Colégio dos Jesuítas e recentemente restaurado por aquele órgão, o confia à guarda da Universidade do Paraná, para o fim de nele ser instalado o Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá.

Cláusula II: O Museu terá como finalidades: a) servir à pesquisa científica, pela realização de trabalhos de campo e de laboratório e pelo colecionamento de peças de arqueologia e notadamente da região; b) contribuir para a educação popular, pelo franqueamento de suas coleções pela realização de cursos, de conferências, publicações e outras atividades tendentes a esse fim.

Cláusula III: O Museu constituirá instituto universitário, integrante do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, ao qual ficará subordinado técnica e administrativamente, por intermédio de seu Diretor

Cláusula XIII: É facultativo ao Instituto Histórico de Paranaguá usar o auditório do Museu para suas reuniões, em harmonia de atividades com o programa do Museu e, bem assim, ocupar uma dependência do prédio.

Assinado o Convênio, as finalidades do Museu, de acordo com as cláusulas estabelecidas no documento, eram as de servir à pesquisa científica, promover educação popular e criar um Instituto Universitário como parte do Instituto de Pesquisa (daquela Universidade). As demais cláusulas se referem ao pessoal administrativo, as responsabilidades sobre obras e restaurações, as ações de solicitações para fomento as pesquisas e demais atividades técnicas do museu, além da necessidade de elaboração de um regimento interno.

Diferente do Museu Histórico a ser desenvolvido pelo IHGP, cujo objetivo era propagar uma memória elitista e saudosista de Paranaguá, temos a ascensão de um Museu Universitário que visa preservar a cultura dos habitantes locais – conhecida como cultura caiçara – que se deu na miscigenação entre os “colonizadores” portugueses e os indígenas que já habitavam o litoral paranaense, além dos remanescentes indígenas e arqueológicos encontrados no litoral paranaense: como os sambaquis. Vale lembrar também sua finalidade como instituição científica, que visa elaborar e promover pesquisas arqueológicas e etnográficas.

Segundo Julião, na segunda metade do século XX – momento em que o MAAP é fundado e inaugurado – vemos um movimento de renovação dos museus. Para a autora na década de sessenta os museus iniciam um processo de reformulação de suas estruturas, procurando compatibilizar suas atividades com as novas demandas da sociedade (JULIÃO, 2006, p.27). Estes deixam de ser espaços consagrados à cultura das elites, aos fatos e personagens excepcionais da história e passam a incorporar elementos da vida cotidiana das comunidades, a exemplo das lutas pela preservação da memória de diversos grupos sociais, no caso do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá: a cultura popular caiçara. Tal movimento contrapõe às políticas culturais das décadas de trinta e quarenta praticadas pelo SPHAN, no qual os “arquitetos da memória” vieram a inventariar e definir o passado comum da nação digno de ser preservado, dando ênfase à memória local.

Considerações finais

O presente texto visou à apresentação dos resultados parciais da pesquisa “Patrimônio e Museu: Do Colégio Jesuíta ao Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá/PR (1938-1963)”, no qual apresento em contraponto as concepções de reutilização do prédio histórico para instituição museológica.

A partir de “A Alegoria do Patrimônio” de Françoise Choay, onde esta afirma que o culto que se rende ao patrimônio histórico deve merecer de nós – historiadores – mais do que uma simples aprovação, sendo necessário problematizar sua consagração como objeto de culto, seu uso como gerador de

identidade social, além das múltiplas operações destinadas a valorizá-lo e transforma-lo em produto industrial, seja a conservação, a modernização, reutilização ou ressignificação como museu. Para a autora prática da reutilização deriva de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais, que varia de país a país (CHOAY, 2006, p. 222).

O Colégio dos Jesuítas de Paranaguá, edifício tombado como patrimônio histórico, tornou-se objeto de disputa pela apropriação não só devido os diferentes discursos patrimoniais e museológicos das instituições que visavam reutilizá-lo, mas também por ser uma representação do passado colonial brasileiro para a construção da identidade nacional. Nos documentos de fundação, tanto do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá quanto da Universidade Federal do Paraná, nota-se a importância simbólica do monumento histórico e sua “vocação histórica” de transformar-se em museu. É importante também ressaltar a ideia de um museu de memória local, inserido num contexto histórico marcado por políticas culturais que visavam à centralização do Estado a partir do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Hoje, enquanto Museu e Arqueologia e Etnologia da UFPR, este se tornou um “lugar de memória”, onde se promove pesquisa antropológica e se preserva a identidade local por meio de duas construções de memória: uma memória histórica pelo monumento histórico em que a instituição se insere e a memória popular através das pesquisas e exposições.

Referências bibliográficas

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro, Mahuad X, FAPERJ, 2012.

COSTA, Lúcio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.5, p. 9-103, 1941.

FURTADO, Maria Regina. **José Loureiro Fernandes: o paranaense dos museus**. Paraná: Secretaria de Estado da Cultura. Imprensa Oficial, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas**. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina (1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.